

Percepção dos Serviços gerados pela Contabilidade em Entidades Nordestinas de Utilidade Pública Federal

*Perception of the Accounting Services generated in Northeastern Federal Public
Utility Organizations*

Ana Paula Ferreira da Silva
anapafesilva@hotmail.com
FBV

James Anthony Falk
thefalks@terra.com.br
FBV

Ericka Nereide Pinheiro Coutinho
erickanereide@hotmail.com
FBV

Resumo

Este artigo aborda a percepção dos gestores de entidades, detentoras de declaração de utilidade pública federal, localizadas no Nordeste brasileiro, relativo aos serviços gerados pela contabilidade. Inicialmente, foi realizado um levantamento no sítio do Ministério da Justiça, visando identificar quantas instituições no Nordeste possuem o título de utilidade pública federal. A pesquisa revelou a existência de 1.518 (Um mil quinhentos e dezoito) entidades, adotando como referência: outubro de 2011. Desta totalidade, somente 52 (cinquenta e duas) disponibilizaram suas prestações de contas, referentes ao exercício 2009, no sítio do Ministério público, no link cidadania. Em seguida, foi realizada uma pesquisa de opinião com os gestores de 35 (trinta e cinco) das 52 (cinquenta e duas) instituições, através de um questionário. Dentre as descobertas da investigação, verificou-se que 24 entidades possuem contabilidade interna. Conforme levantamento, os entrevistados informaram que os financiadores são bastante exigentes, principalmente o Governo. Constata-se que prestação de contas é o melhor serviço contábil, tomando como base, a relação dos prestados pela contabilidade para utilização dos usuários externos. Já a elaboração do orçamento para projetos foi o serviço mais bem avaliado, caso comparado com a utilização do mesmo para fins de controle.

Palavras-chave: Terceiro setor, declaração de utilidade pública federal, serviços contábeis, demonstrativo de prestação de contas.

Abstract

This article deals with the perception of managers regarding the accounting services delivered in organizations which hold a declaration of federal public utility situated in Northeast Brazil. Initially, a survey was performed at the site of the Ministry of Justice to list the institutions, in the Northeast, which possess the title of Federal Public Utility. The survey revealed the existence of 1,518 (one thousand, five hundred and eighteen) institutions with the month of October, 2011, as the base date. Of this total of public utility institutions, only 52 (fifty two) published their Balance Sheets for the year 2009, which were made available on the site of the Public Ministry, at the citizenship link. Next, the opinion on the quality of accounting services by the managers of these 52 institutions was researched, by means of a questionnaire, but only 35 responded. One of the finding of this research revealed that only 24 of the institutions possessed internal accounting services. The respondents informed that investors are very exigent, especially with regard to the Government. The research also

shows that the Balance Sheets were the accounting service best evaluated for external users. The elaboration of the Project Budget was better evaluated for investment purposes rather than for control utilization.

Key words: *Third sector, declaration of federal public utility, accounting services. statement of accountability.*

Artigo recebido em: 20.03.2012; Aceito em: 19.04.2012

1. INTRODUÇÃO

As organizações do Terceiro Setor nasceram no Brasil, com o objetivo de complementar as ações, onde o Estado não conseguia desenvolver com eficácia, mas que a população necessitava com urgência. O surgimento das primeiras entidades do terceiro setor, contou com o financiamento de famílias renomadas, e com o trabalho voluntário de diversas pessoas, com destaque para os grupos responsáveis por trabalhos humanísticos, diretamente ligados às diversas religiões brasileiras.

O fato é que o terceiro setor se expandiu, e com isso, conferiu aos gestores das entidades, o desafio de resolver as dificuldades exclusivas desse segmento organizacional, dentre elas, a falta de profissionalização do setor.

Em razão das dificuldades encontradas na área de gestão no terceiro setor, as organizações buscam desenvolver a profissionalização do mesmo. Araújo (2005) aponta dois motivos que levam as organizações sem fins lucrativos a seguirem por um caminho de profissionalização na administração: 1) a concorrência por recursos, acompanhado do crescimento vertiginoso do terceiro setor; e 2) uma maior exigência de critérios, por parte da sociedade civil, referente à aplicação dos recursos, entidade.

A partir desse ponto de vista, vê-se evidente, a necessidade das organizações do terceiro setor em gerenciar, da melhor forma, os recursos obtidos. Para tanto, é indispensável o estabelecimento de controles sobre seus recursos, atividades e produtos. Através de um sistema de controle eficaz é possível conhecer eventuais falhas ocorridas, e introduzir medidas corretivas. Segundo Olak e Nascimento (2008), a função de controle tem a finalidade de antecipar as formas de verificação para assegurar a realização dos objetivos. Nesse aspecto, a contabilidade, tanto ajuda na transparência das ações, como na avaliação do processo por desempenho, estes por sua vez, tornam-se fatores importantíssimos, pois são conceitos a serem aplicados com tranquilidade, em organizações do Terceiro Setor.

Com o passar dos anos, o aumento de demanda da população brasileira por serviços básicos e específicos, em contrapartida com a constatação da falta de interesse nessa prestação de serviços, por parte do setor público e do setor privado, acarretou, também, um aumento do gerenciamento das atividades, bem como, dos múltiplos tipos de recursos demandados por entidades do terceiro setor. Com isso, deu-se início à profissionalização de pessoas para a gestão do Terceiro Setor, situação onde está inserido o contador, a fim de gerir e captar recursos.

Conforme Adulis (2002. *p. 1*), a captação de recursos (*fundraising*) é “um dos maiores desafios que as organizações do terceiro setor enfrentam na atualidade”. Está diretamente vinculada à comunicação estabelecida com seus públicos. Quando se põe em execução um plano adequado de marketing, torna-se mais fácil, pois o sucesso depende do relacionamento entre instituição e doador. Isto requer planejamento, pesquisa e estratégia.

E, nesse contexto, entra o trabalho do contador como gerador de informações a serem utilizadas ora para gerir, ora para captar recursos para a instituição. É através dos serviços contábeis, principalmente no processo de prestação de contas para os financiadores das

organizações do terceiro setor, que o contador exerce uma das suas mais importantes funções dentro da empresa. Isto, talvez seja ainda mais importante para as instituições do terceiro setor, especificamente de utilidade pública federal, relativo ao nível de dependência financeira para com o governo, onde é considerado grande, pois este garante o financiamento dos projetos e a sustentabilidade institucional.

Portanto, o objetivo principal deste artigo foi verificar a percepção dos gestores administrativos das entidades de utilidade pública federal, quanto à qualidade dos principais serviços gerados pela contabilidade tanto para uso da própria entidade ou como de seus financiadores.

Essa pesquisa torna-se relevante, porque explora uma área que vem assumindo há algum tempo no Brasil, um grande nível de importância, principalmente nas áreas onde o Estado enfrenta dificuldades para implementar políticas públicas eficazes, como são os casos da reforma agrária, do desenvolvimento da agricultura familiar e do agricultor e sua capacitação. Constata-se, na atualidade, o pouco conhecimento de pesquisas sobre a gestão de organizações do Terceiro Setor, bem como, da percepção dos gestores das entidades sobre os serviços contábeis prestados e sua influência na gestão adequada da instituição.

Ratificando essa perspectiva e ainda destacando o caso do Brasil, Falconer (1999, p.23) afirma: “o Terceiro Setor não é um tema extensivamente pesquisado, existindo ainda poucos estudos empíricos abrangentes e um número insignificante, até recentemente, com enfoque organizacional”. Para ele, só recentemente, as escolas de Administração deram ênfase ao estudo do tema.

2. TERCEIRO SETOR: CONCEITO, ORIGEM NO TERMO NO MUNDO E NO BRASIL

O estudo do Terceiro Setor é relativamente novo, pois o mesmo surgiu para definir um setor situado entre o público e o privado. O setor público é o Governo, representando o uso de bens públicos, conseqüentemente, para fins públicos. O segundo setor refere-se ao mercado e é ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos. Todavia, o terceiro setor é formado por organizações privadas, sem fins lucrativos, desempenhando ações de caráter público.

No Brasil, quem possui ainda o monopólio da sociedade é o segundo setor: empresas com altíssimos lucros. As companhias privadas se juntaram ao Estado e formaram organizações, incentivando as indústrias, dentre outras. Esse incentivo trouxe ao terceiro setor, de forma acentuada, o interesse e a solidariedade de empresas privadas, como, por exemplo, as famílias Matarazzo, Chateaubriand, dentre outros. O Estado objetiva a redistribuição da produção da sociedade a todos os seus membros, tentando sanar as desigualdades produzidas pelo mercado. Esta ação do Estado é movida pela lógica de justiça social. Segundo Falconer (1999, p. 40): “na década de noventa, o Terceiro Setor surge como portador de uma nova e grande promessa: a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, se possível, a superação da pobreza”.

O Terceiro Setor tem uma mistura de princípios públicos e privados, e portanto, constitui outro mecanismo, o de redistribuidor de riquezas. As suas ações partem da sociedade civil e obedecem à lógica do comportamento da filantropia, da reciprocidade, dos costumes e tradições, das concepções morais e religiosas, dentre outros. Fernandes (1994, p. 27) considera o terceiro setor como uma “das possibilidades lógicas do universo de quatro combinações possíveis da conjunção público e privado”. O Terceiro Setor surgiu, nos últimos anos e se espalhou pelo mundo. Um dos motivos de seu aparecimento na sociedade brasileira foi porque os Estados apontaram sinais de dificuldade em atender às necessidades sociais da população. Com isso, a sociedade civil se mobilizou na tentativa de sanar essas necessidades.

Houve vários motivos para o surgimento do Terceiro Setor no mundo, porém, conforme relata Coelho (2002, p.30), vale ressaltar “um dos maiores motivos do seu surgimento foi em função da diminuição da arrecadação das receitas públicas decorrente da crise econômica, reduzindo, conseqüentemente, as fontes de financiamento para os projetos sociais”.

Araújo (2005) constata o fortalecimento do Terceiro Setor sendo firmado pela necessidade de se provocar mudanças no ser humano, bem como, pelo seu compromisso com o social, aliado à adaptação das mudanças dos cenários econômicos, pois estas organizações tem como missão, a promoção da cidadania através de programas destinados aos marginalizados pelo sistema socioeconômico. As premissas dos autores citados acima estão corretas. Entretanto, a segunda, se tornou consequência da primeira quando o Estado perdeu seu caráter social e transferiu tal responsabilidade à sociedade civil.

O incômodo da sociedade, ou seja, pessoas marginalizadas ao alcance de sua vista, provocou no íntimo do ser humano, a necessidade de sanar tal situação. Desta forma, grupos de pessoas, denominadas voluntárias, se uniram para fundar organizações sem fins lucrativos, com a tentativa de promover o bem-estar coletivo.

O Terceiro Setor chegou aos estados brasileiros nos anos 90, quando o nosso Primeiro Setor: o Governo Brasileiro, ao ter dificuldades em promover melhorias para a sua população, fez a sociedade virar seus olhares para a marginalização ao seu redor e reagir ao que estava acontecendo. Todavia, criaram-se Associações e Fundações Privadas. Dentre as Associações, integram o Terceiro Setor aquelas perseguidoras de um bem comum, tendo portanto, atuação na esfera social, pública. Já as Fundações criadas no Brasil, perseguem o bem comum, na medida em de sua finalidade, seja ela, de ordem: religiosa, moral, cultural ou de assistência (OLAK; NASCIMENTO, 2008).

As organizações do Terceiro Setor no Brasil enfrentam vários desafios para desempenhar o seu papel social destinado. Dentre eles, pode-se destacar: ser eficiente em suas operações, desenvolver parcerias com outras organizações públicas ou privadas, sustentar com recursos financeiros, físicos e humanos. Por sua vez, tais aspectos levam à necessidade de superar outro obstáculo com a finalidade de garantir a transparência da sua condição econômico-financeira e do seu desempenho na implementação de projetos/programas sociais.

3. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL: CONCEITO, VANTAGENS E COMO OBTÊ-LA

A declaração de utilidade pública federal (DUPF) é o reconhecimento, pelo Poder Público, da prestação de serviços por uma entidade civil alinhada com o interesse e objetivo social para toda a coletividade. O direito de se obter a declaração de utilidade pública federal deve ser pedido e feito nas três esferas do Poder Público, ou seja: Federal, Estadual e Municipal. Este, por sua vez, é uma condição do certificado de entidade com fins filantrópicos, determinado pela Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.237, de 20 de julho de 2010.

No campo de ação federal, as exigências e procedimentos para a obtenção desta declaração estão previstos na Lei 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto 50.517, de 02 de maio de 1961. Contudo, vale ressaltar que nem todos os Estados e Municípios possuem suposição específica sobre a declaração de utilidade pública. Sendo assim, cada Estado deverá consultar a legislação específica do local de sua sede antes de disponibilizar a declaração de utilidade pública federal a qualquer instituição do terceiro setor.

A importância de se obter a declaração de utilidade pública federal, mais precisamente para o Governo, dentro da premissa de que, ao Estado moderno, cabe levar a uma dignidade, o bem estar da população, de forma direta, buscando alcançar o maior número de serviços gratuitos.

Vale ressaltar que é de extrema importância, antes de se desejar obter a declaração de utilidade pública federal, realizar uma breve análise de custo e benefício.

Uma das primeiras análises a serem feitas é realizar um levantamento dos tributos a serem pagos ou a serem objetos da isenção. Não superando os gastos abarcados pela entidade com a estrutura destinada, unicamente, a essa prestação de conta específica da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a instituição se torne viável. Logo, esse certificado advém da isenção de contribuições sociais, porém, o mesmo só é obtido, junto à comprovação da aplicação anual em gratuidade, de no mínimo ou igual, a 20% da receita bruta, advinda da venda de serviços (PEYON, 2004). Algumas das vantagens da concessão do título de utilidade pública federal podem ser observadas no Quadro 1, a seguir:

VANTAGENS	DESCRIÇÃO
Imaterial	<ul style="list-style-type: none"> • A posse do título de utilidade pública confere prestígio e credibilidade, na medida em que pode ser considerada prova do reconhecimento oficial dos serviços prestado pela entidade; • A posse do título de utilidade pública federal é pré-requisito para a obtenção do certificado de entidade de fins filantrópicos, que é concedido pelo Ministério da Previdência.
Material	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de receber doações da União e de suas autarquias; • Possibilidade de, para fins de cobrança de imposto de renda, o doador (pessoa física) deduzir da renda bruta, as contribuições às entidades declaradas de utilidade pública; • Possibilidade de realizar sorteios; • Imunidade fiscal (art. 150, VI, c);

Quadro 1 – Vantagens decorrentes da concessão do título de utilidade pública federal

Fonte: Elaborado com base em *Boudens* (2004, p.4)

O pedido de qualificação do título de utilidade pública federal e a sua renovação podem ser concedidos pelo Ministério da Justiça, de forma plenamente gratuita, e pode ser obtido através das informações contidas no sítio do Ministério da Justiça, mais precisamente, no item cidadania. É importante ressaltar, a falta de credenciamento de terceiros, pelo Ministério da Justiça, em prestar consultoria a entidades sociais com o objetivo de que as mesmas obtenham título de utilidade pública federal. Cabe a entidade interessada em obter esse título apresentar um pedido formal e acompanhar o mesmo junto ao Ministério da Justiça.

O sítio do Ministério da Justiça informa, passo a passo, como uma entidade social sem fins lucrativos possa obter o título de utilidade pública federal. Para requerer o título é necessário que a entidade sem fins lucrativos atenda aos requisitos previstos na Lei 91/35, a qual é regulamentada pelo Decreto N° 50.517/1961. Essa legislação instrui sobre os documentos necessários junto ao Ministério da Justiça e são:

a) Estatuto registrado em cartório (Cópia autenticada), para atender os pré-requisitos previstos na linha A do art. 2, do Decreto 50.517/61;

b) Pauta Estatutária que prevê expressamente que não há remuneração, de qual quer forma, para os cargos de diretoria que não há distribuição de lucros bonificados ou vantagens, mantenedoras ou associados, sobe nenhuma forma ou pretexto, de acordo com a linha D, do art. 2, do Decreto 50.517/61. Inscrição Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Relatórios circunstanciados dos três anos dos exercícios anteriores à formulação do pedido, comprovando que a entidade promove educação ou exerce atividade de pesquisa científica, agricultura, inclusive artista ou filantrópica, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente conforme o modelo de relatório que se encontra no portal do Ministério da Justiça;

d) Qualificação completa dos membros da diretoria atual e um atestado de idoneidade moral expedido por autoridade local (se de próprio punho, deverá ser sob a pena da lei), conforme modelo de declaração contida no portal do Ministério da Justiça;

e) Declaração do requerente de que se obriga a publicar, anualmente, o demonstrativo de despesa e receita realizada no ano anterior, quando subvencionado pela união original conforme modelo de documento expresso no sítio do Ministério da Justiça. Esse pedido de declaração de título de utilidade pública deve ser encaminhado para o Ministério da Justiça.

4. OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL PARA ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL

As entidades portadoras da DUPF, do Ministério da Justiça, recebem obrigatoriamente o dever de apresentar um relatório circunstanciado de serviços prestados à comunidade do ano anterior, anualmente, até o dia de 30 de abril, acompanhando respectivamente os demonstrativos contábeis, sob pena de ter seu título cassado.

A portaria SNJ 24, do dia 11 de outubro de 2007, instituiu para as entidades portadoras da DUPF fazer suas prestações de contas anuais, através do cadastro nacional de entidade de utilidade pública, em duas etapas: Na primeira etapa deve cadastrar as informações sobre os dados básicos da entidade e, na segunda, após comprovação do vínculo do responsável a entidade terá acesso ao sistema de prestação de contas.

Através desse sistema de prestação de contas, as instituições portadoras da declaração de utilidade pública, poderão deste modo, fazer a sua prestação de contas. Os documentos comprobatórios da prestação de contas deverão ser encaminhados pela Secretaria Nacional de Justiça, ou seja, DEJUS, órgão responsável pelo Cadastro Nacional de Entidade de Utilidade Pública “CNES/MJ”, localizado na Esplanada dos Ministérios, no bloco T, anexo 2, sala 213 Brasília, DF.

Destaca-se o Ministério da Justiça objetivando atribuir maior transparência da gestão pública, e, de certa forma, promover a maior participação da sociedade, nas atividades administrativas pelo Governo Federal. Visando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, o Governo Federal passou a disponibilizar no sítio do Ministério da Justiça, mais precisamente no link voltado pra cidadania, os relatórios de prestação de contas das instituições que publicaram a declaração de utilidade pública federais, devidamente aprovados pela Secretaria Nacional de Justiça. Qualquer cidadão comum pode ter acesso às informações, para seu próprio conhecimento, assim como, avaliação do desempenho da instituição.

Na consulta ao Ministério da Justiça, no link voltado para utilidade pública federal, mais precisamente, no campo de cidadania, é possível fazer consulta às instituições que prestaram contas de suas atividades desenvolvidas no ano anterior. Dentre os dados é possível obter: CNPJ, telefone, endereço, sítio da empresa, dirigentes, atividades desenvolvidas, bem como, informações sobre parcerias firmadas com o governo e outras instituições privadas. Além disso, a sociedade pode acessar, na íntegra, os relatórios de prestação de contas das entidades cadastradas no Conselho Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNES).

5. METODOLOGIA

O método de estudo adotado neste trabalho de pesquisa foi o indutivo, através do qual a cadeia de raciocínio estabelece conexão ascendente, do particular para o geral. Neste caso, as constatações particulares levam às teorias e às leis gerais. Lakatos e Marconi (2010, p.68) fazem as seguintes considerações sobre o método escolhido:

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar as conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que a das premissas nas quais se basearam.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. A pesquisa investiga a percepção dos gestores das organizações, de utilidade pública federal, sem manipular as variáveis. Já quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como sendo de levantamento. Gil (1999) relata sobre a pesquisa de levantamento, onde, normalmente, é mais utilizada em estudos descritivos, para cujos resultados, não há grande exigência de aprofundamento. Além disso, segundo o mesmo autor, a importância da pesquisa de levantamento é o fato de possibilitar a geração de um questionamento das características do grupo estudado, através de entrevistas dirigidas por um questionário. Fato ocorrido no presente estudo, onde foi elaborado um instrumento de entrevista, aplicado de forma direta através do contato telefônico.

O universo da pesquisa se refere às entidades de utilidade pública localizadas na região Nordeste. Conforme levantamento realizado no sítio do ministério da Justiça, no mês de outubro de 2011, foram identificadas 1.518 instituições nesta região. A amostra não probabilística foi definida pelo critério de intencionalidade sendo: “entidades com prestação de contas de 2009 liberadas no sítio do Ministério da justiça”. A composição da amostra pode ser vista na tabela 1.

Tabela 1 – Universo e amostras da pesquisa

Estado	Universo		Prestação de Contas 2009		Estado	Universo		Prestação de Contas 2009	
	Ocor.	%	Ocor.	%		Ocor.	%	Ocor.	%
Alagoas	155	10,2	7	13,5	Maranhão	122	8	1	1,9
Pernambuco	183	12,1	11	21,2	Sergipe	89	5,9	1	1,9
Ceará	327	21,5	11	21,2	Piauí	49	3,2	0	0
Bahia	428	28,2	21	40,4	Rio Grande do Norte	90	5,9	0	0
Paraíba	75	4,9	0	0	Total	1518	100	52	100

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa realizada no sítio do Ministério da Justiça em outubro de 2011.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é classificada como sendo quantitativa, e utiliza instrumentos estatísticos para sua apuração, tais como: análise de frequência e cálculos de percentuais, visando responder, da melhor forma, a problemática com relação à percepção dos gestores das entidades do Terceiro Setor e quanto à importância das informações geradas pela contabilidade.

A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de um questionário. Este instrumento de coleta foi elaborado com base nos objetivos gerais definidos, inicialmente, na introdução. O questionário foi estruturado em três grupos de perguntas, conforme demonstrada no quadro 2.

GRUPO DE QUESTÕES	DESCRIÇÃO (ASSUNTOS)
1	Dados demográficos do gestor da entidade do terceiro setor do tipo: cargo, nível de escolaridade, e o tempo que o respondente trabalha na entidade.
2	Informações gerais da entidade, tais como: nome, estado da federação, ano em que obteve o certificado de utilidade pública federal e a mensuração do grau de exigência dos financiadores em relação à prestação de contas.

3	Informações relacionadas à elaboração, divulgação e utilização das demonstrações contábeis, bem como da existência ou não da contabilidade interna e da contratação de auditoria independente por passar inscrição do terceiro setor.
---	---

Quadro 2 – Estrutura do questionário de pesquisa

Fonte: Elaboração própria dos autores (2011).

A survey foi realizada com 32 das 52 entidades, através de contato telefônico com o gestor da entidade. O tempo de duração da survey foi de 20 a 30 minutos. A demora maior foi devido aos casos onde o gestor respondente não tinha formação na área contábil e necessitava de melhor detalhamento para responder às perguntas da pesquisa.

Os dados resultantes da survey foram tabulados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), o qual auxiliou no seu tratamento estatístico. Este pacote estatístico garantiu a elaboração da tabela de frequência, elaboração de tabelas com cruzamento de dados variáveis, dentre outros. Tais informações foram preciosas para análises de dados, apresentados, por sua vez, na seção voltada para as análises dos resultados.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta os resultados obtidos com a pesquisa de opinião realizada através da aplicação do questionário de pesquisa, junto aos 35 (trinta e cinco) gestores de entidades de utilidade pública federal, localizadas na Região Nordeste do Brasil.

6.1 Perfil dos respondentes e das entidades participantes da pesquisa

Foram entrevistados, gestores de 35 das 52 entidades que tiveram os relatórios de prestação do ano 2009, disponibilizados no sítio MJ. A Tabela 2 demonstra a caracterização da amostra das instituições participantes da pesquisa de opinião. O estado com maior número de participantes foi o da Bahia, com 42,8% das instituições, seguido por Pernambuco, com 28,57% do total da amostra, e em terceiro lugar, o Ceará, com 17,4%, ou seja, com seis (6) instituições.

Durante a busca por informação sobre as entidades de utilidade pública federal (EUPFs) localizada no nordeste brasileiro, foi verificado que os estados do Maranhão e de Sergipe possuíam apenas uma instituição com o DUPF e que disponibilizou a prestação de contas para o ano 2009 (Tabela 2).

Tabela 2 – Relação dos entrevistados da survey, conforme Estado

Estado	Alagoas	Pernambuco	Ceará	Bahia	Maranhão	Sergipe	Total
Ocorrência	2	10	6	15	1	1	35
%	5,7	28,6	17,1	42,9	2,9	2,9	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa de campo, 2011.

Os achados evidenciados na tabela 3 mostram o nível de escolaridade dos respondentes da pesquisa, onde a maior parcela dos respondentes possui o curso superior. Os participantes com curso superior ocupam todos os cargos identificados. Mesmo assim, vale destacar, a dependência das EUPFs com relação a profissionais de nível médio do corpo administrativo. 9 (Nove) dos 35 (trinta e cinco) respondentes da pesquisa possuem apenas o nível médio, mas interessante, ocupam cargos como: gestor financeiro (1) diretor geral (2), coordenador geral (2); e até funções profissionais como: contador (2) e administrador (2).

Tabela 3 – Nível de escolaridade dos respondentes da Survey

Cargo Executado	Nível Educacional				Total	
	Médio		Superior			
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Administrador	2	5,7	8	22,9	10	28,6
Auxiliar Contábil	0	0,0	1	2,9	1	2,9
Contador	2	5,7	3	8,6	5	14,3
Coordenador Geral	2	5,7	1	2,9	3	8,6
Diretor Geral	2	5,7	10	28,6	12	34,3
Gestor Financeiro	1	2,9	1	2,9	2	5,7
Tesoureiro	0	0,0	1	2,9	1	2,9
Vice Presidente	0	0,0	1	2,9	1	2,9
Total	9	25,7	26	74,3	35	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa de campo, 2011.

6.2 Divulgação das demonstrações contábeis e nível de exigência dos financiadores quanto a qualidade do relatório de prestação de contas

A tabela 4 evidencia as descobertas relacionadas à elaboração das demonstrações contábeis pelas EUPFs, com prestações de contas do exercício 2009, em dia e liberada, para consulta pública no site do MJ. Os achados mostram 100%, ou seja, todas as 35 empresas elaboraram: o balanço patrimonial, a demonstração de superávit e déficit, as notas explicativas, bem como, o demonstrativo de fonte de recursos.

Durante a pesquisa de opinião com os gestores das organizações estudadas, buscou-se também, verificar se as mesmas estavam elaborando as demonstrações contábeis, conforme orientação das normas de contabilidade voltadas para organizações do terceiro setor, confrontando os resultados com as informações divulgadas pelo o site do MJ. Os resultados encontrados após este cruzamento de informações mostraram que somente 23 organizações (65,7%) elaboram a Demonstração Mutação do Patrimônio Social, porém, não divulgam esse demonstrativo, assim como, 12 (34,3%) nem elaboram este documento (Tabela 4).

Tabela 4 – Elaboração e divulgação das demonstrações contábeis pelas entidades de utilidade pública federal do nordeste

Demonstrações Contábeis	Elabora e divulga		Elabora e não divulga		Não elabora e divulga		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Balanço Patrimonial	35	100,0	0	0,0	0	0,0	35	100,0
Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos	0	0,0	24	68,6	11	31,4	35	100,0
Demonstração de Mutação do Patrimônio Social	0	0,0	23	65,7	12	34,3	35	100,0
Demonstração de Superavit ou Déficit	35	100,0	0	0,0	0	0,0	35	100,0
Notas Explicativas	35	100,0	0	0,0	0	0,0	35	100,0
Demonstrativo de Fonte de Recursos	34	97,1	1	2,9	0	0,0	35	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa de campo, 2011.

Outro achado relevante foi o fato de 24 entidades (68,6%) afirmarem elaborar, contudo, sem divulgar a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos, portanto, esta peça contábil não foi encontrada nos relatórios de prestação de contas disponibilizados no site MJ. Este resultado chama atenção, pelo fato dessa demonstração não ser mais obrigatória, e mesmo

assim, quase 70% das instituições sem fins lucrativos pesquisadas afirmaram elaborar tal demonstrativo (Tabela 4).

A pesquisa de opinião, também buscou saber a percepção dos gestores com relação ao nível de exigência dos financiadores em relação ao relatório de prestação de contas. Os achados sobre essa indagação estão expressos na tabela 5, os quais mostram: 34 (trinta e quatro) dos respondentes, ou seja, 97,1% enxergam o governo como um financiador muito exigente, com relação ao relatório de prestação de contas, enquanto apenas um (1) gestor vê o governo apenas como exigente. Dos financiadores, os gestores denominam o governo como o mais exigente de todos, e vale destacar que é a única fonte de recursos da qual todos os gestores das entidades do Terceiro Setor declararam receber fundos de investimento. As entidades privadas aparecem em segundo lugar, com 91,4%, como o financiador das entidades estudadas, apresentando-se como “muito exigente” para 51,4% (18) dos entrevistados. Igualmente como ocorreu com as instituições financeiras.

As instituições financeiras e as pessoas físicas aparecem em equivalência, no terceiro grupo de agente financiador das entidades detentora de DUPF, ou seja, apresenta-se com foto de recursos de 88,6% das entidades. Todavia, vale ressaltar que as instituições financeiras demandam um nível de exigência maior, no caso de ser comparado com as pessoas físicas, onde 51,4% dos gestores entrevistados as apontaram como “muito exigentes” com relação à qualidade dos relatórios de prestação de contas (Tabela 5).

As duas últimas fontes de recurso financeiro apresentadas na tabelas 5, ou seja, pessoas físicas e organizações internacionais, também, são apresentadas com um nível de exigência muito parecido em relação ao relatório de prestação de contas, sendo consideradas como muito exigentes por 45,7% e 42,9% dos gestores entrevistados, respectivamente. As duas fontes diferem muito, contudo, nas demais categorias, onde as pessoas físicas foram consideradas como exigentes (40% dos entrevistados), enquanto apenas 17% dos gestores consideraram as organizações internacionais como exigentes.

Tabela 5 – Nível de exigências dos financiadores por relatório de prestação de contas

Tipo de Financiador	Nível de Exigência						Não Recebe Recursos		Total	
	Muito		Exigente		Moderado		Ocor.	%	Ocor.	%
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%				
Governo	34	97,1	1	2,9	0	0,0	0	0,0	35	100,0
Empresas Privadas	18	51,4	13	37,1	1	2,9	3	8,6	35	100,0
Instituições Financeiras	18	51,4	12	34,3	1	2,9	4	11,4	35	100,0
Organizações Internacionais	15	42,9	6	17,1	1	2,9	13	37,1	35	100,0
Pessoas Físicas	16	45,7	14	40,0	1	2,9	4	11,4	35	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa de campo, 2011.

Vale destacar aqui, porém, 37% dos gestores, de fato, informaram não receber financiamento de organizações internacionais. Isto reflete a redução dos investimentos das instituições internacionais, nos projetos de parceria com organizações do Terceiro Setor no Brasil. Tal acontecimento vem se intensificando nos últimos cinco anos (Tabela 5).

6.3 Avaliação da qualidade dos principais serviços gerados pela contabilidade nas entidades de utilidade pública federal do nordeste

A pesquisa também indagou aos entrevistados, qual era a percepção dos mesmos com relação à qualidade das informações contábeis que auxiliam na obtenção do título de utilidade pública

federal. Os aspectos, com relação a essa investigação, estão expressos na tabela 6, onde é possível verificar: 80% das entidades, atribuíram nota igual ou acima de 8 (oito), ou seja, um nível de satisfação elevado aos 4 (quatro) serviços prestados voltados para atender as necessidades, tanto dos usuários internos, como dos externos das EUPFs.

Esse alto nível de satisfação com relação aos serviços prestados pela contabilidade, expressos na tabela 6, é reforçado ao verificar: pelo menos 25 (71,4%) dos gestores atribuíram nota 10 aos mesmos. Enquanto isto, apenas 1 (um) gestor atribuiu a 0 (nota zero), ou seja, o nível de insatisfação total, com relação aos serviços gerados pela contabilidade, para serem utilizados tanto pelos usuários internos, como pelos externos à organização.

Ao avaliar o nível de satisfação dos próprios gestores das entidades de utilidade pública federal, com o serviço *Elaborar Relatório de Prestação de Contas para os financiadores*, verificou-se: apenas 2 (dois) gestores (5,8% dos entrevistados) atribuíram notas menores que 7 (sete) a este serviço, sendo, justamente, as notas zero e um (Tabela 6).

Tabela 6 – Nota atribuída pelos gestores das entidades de utilidade pública quanto à qualidade dos principais serviços contábeis a ser utilizada por usuários externos a entidade

Nota Designada	Serviço prestado pela contabilidade para uso de usuários externos							
	Prestação de Contas		Atender a Auditoria		P/ Obter a DUPF(*)		Manutenção da DUPF(*)	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
0	1	2,9	3	8,6	1	2,9	1	2,9
1	1	2,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2 a 5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	0	0,0	1	2,9	0	0,0	0	0,0
7	2	5,7	1	2,9	1	2,9	0	0,0
8	3	8,6	2	5,7	2	5,7	3	8,6
9	1	2,9	1	2,9	6	17,1	5	14,2
10	27	77,1	27	77,1	25	71,4	26	74,3
Total	35	100	35	100	35	100	35	100
Acima de 8	28	80,0	28	80,0	31	88,5	31	88,5

(*) DUPF – Declaração de Utilidade Pública Federal

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa de campo, 2011.

Resultado parecido foi obtido quando se partiu para analisar o nível de satisfação dos gestores com o serviço contábil *Atender a Auditoria*, pois os achados, expressos na tabela 6, demonstram: 27 (77,1%) dos entrevistados, também atribuíram nota 10, ou seja, maior nível de satisfação apresentado a este serviço contábil. Para este serviço, porém, 12% dos entrevistados atribuíram notas menores de 7 (sete) e 3 gestores atribuíram nota zero (0,0) a tal serviço, ou seja, 8,6%.

Ao avaliar a percepção dos entrevistados com relação ao serviço contábil que fornece informações para auxiliar no processo de obtenção do próprio título de utilidade pública federal, foi constatado: apenas 1 (uma) entidade, atribuiu nota zero (0,0) ao serviço, em contrapartida 25 (71,4%) dos entrevistados, atribuíram nota máxima. Já na avaliação do nível de satisfação dos gestores administrativos das EUPFs, com relação ao serviço “como auxiliar a manter a DUPF”, obteve-se como resultado: apenas um (1) gestor atribuiu nota menor que oito (8) a este serviço, sendo justamente a nota zero (0,0). Este resultado aponta para o nível de satisfação um pouco maior com este serviço, se comparado com o serviço contábil para a obtenção da declaração (Tabela 6).

É importante deixar clara, a obtenção da DUPF é muito importante para as instituições do terceiro setor, pois garante vários benefícios, tais como: a possibilidade de não pagar a parte patronal referente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Portanto, obter essa declaração do poder público não deixa de ser uma maneira de obter recursos financeiros para a entidade, pois, as organizações economizam recursos não precisando desembolsar recursos para o pagamento da cota patronal do INSS.

A tabela 7 demonstra a percepção dos gestores com relação aos serviços de contabilidade voltados para os usuários internos. Ao verificar a percepção dos gestores com relação ao serviço contábil *Elaboração de Orçamento por Projeto*, constata-se: 23 (65,7%) dos 35 entrevistados atribuíram notas superiores a oito (8). De fato, 21 (60% dos entrevistados) afirmaram o nível de satisfação como total e atribuíram a esse serviço, a nota 10. Nota-se, entretanto, seis (6) dos entrevistados, representando 17,1% do total, chegaram a atribuir a nota zero (0,0) para este serviço contábil, evidenciando ser o serviço com o segundo maior nível de insatisfação, por parte dos gestores.

Vale lembrar, a necessidade, por parte das entidades do terceiro setor, de orçamentos por projetos bem elaborados, a fim de evidenciem os recursos necessários para realizar as atividades contidas nos projetos sociais, enviados aos financiadores. Entre outras palavras, um orçamento de projeto bem elaborado serve como ferramenta para captar melhor recursos financeiros para as organizações do terceiro setor.

Tabela 7 – Nota atribuída pelos gestores das entidades de utilidade pública quanto à elaboração dos serviços gerados pela contabilidade para uso externo e interno

Nota Designada	Serviço prestado pela contabilidade para os usuários externos e internos							
	Elaboração de Orçamento por Projeto		Controlar Orçamento por projeto		Elaborar Orçamento Institucional		Relatório p/ Captação de Recursos Financeiros	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
0	6	17,1	14	40,0	1	2,9	5	14,3
1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2 a 5	0	0,0	2	5,7	0	0,0	2	5,7
6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	2	5,7	1	2,9	7	20,0	2	5,7
8	4	11,4	1	2,9	5	14,3	2	5,7
9	2	5,7	4	11,4	2	5,7	2	5,7
10	21	60,0	13	37,1	20	57,1	22	62,9
Total	35	100	35	100	35	100	35	100
Acima de 8	23	65,7	19	48,5	22	62,8	24	68,6

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa de campo, 2011.

Após a aprovação do projeto pelo(s) financiador(es), geralmente é preciso ajustar as atividades, ao orçamento aprovado e, em seguida, o orçamento deve ser controlado por categoria de despesa, visando facilitar a elaboração dos relatórios de prestação de contas parciais e finais, no futuro. Portanto, com o estudo, buscou-se avaliar o nível de satisfação dos gestores das EUPFs estudadas, com o serviço contábil *Acompanhar Orçamento por Projeto*. Os achados da survey expõem: 14 (40%) entrevistados atribuíram nota zero (0,0), fazendo este serviço contábil apresentar, como maior nível de insatisfação por parte dos gestores. Além disso, os dados sugerem que a elaboração do orçamento de projetos está sendo utilizada, mais para captação de recursos, do que como elemento gerencial para o controle posterior da sua aplicação (Tabela 7).

As organizações do terceiro setor buscam elaborar os orçamentos institucionais para controlarem seus recursos, e assim, garantir em parte, a sobrevivência e a sustentabilidade da entidade. Portanto, verificou-se o nível de satisfação dos gestores com o serviço contábil “Elaboração do Orçamento Institucional”. Os resultados dessa indagação estão expressos na tabela 7, mostrando apenas 1 (um) gestor atribuiu uma nota menor do que sete, especificamente zero (0,0), enquanto 20 gestores (57,1% dos entrevistados) atribuíram nota máxima.

Em relação aos relatórios elaborados pela contabilidade, a fim de auxiliar no processo de captação de recursos, a pesquisa revelou: 22 (62,9%) dos gestores atribuíram a esse tipo de serviço, a nota dez (10). É constatada a elaboração de relatórios contábeis para auxiliar na captação de novos recursos, junto aos financiadores, equivalente à elaboração de orçamento para projeto, como os relatórios contábeis de maior controvérsia do grupo de relatórios apresentados. Isto pode ser visto pelo fato: enquanto o maior número de entrevistados atribuiu nota máxima para estes dois serviços contábeis, 21 e 20, respectivamente, dos 35 gestores (entrevistados), também o maior número (6 e 5 respectivamente), atribuiu nota zero (0,0). Esse alinhamento das notas deve ocorrer em razão da avaliação do serviço *Elaborar Orçamento por Projeto* ser um dos itens a compor o serviço contábil *relacionado à captação de recursos financeiros*.

O nível de insatisfação dos gestores administrativos das EUPFs com o serviço *Elaborar Orçamento por Projeto* talvez se deva em razão de boa parte dos orçamentos enviados aos financiadores não serem aprovados em sua totalidade. Isto não implica na falta de qualidade e exatidão das informações contidas nos mesmos, mas sim, no interesses dos financiadores em financiar ou não aquela atividade contida no projeto de ação social proposto pela EUPF.

Das entidades participantes, apenas 31,4% possuem contabilidade interna. A pesquisa de opinião os gestores das EUPF indagou sobre o nível de importância das informações disponibilizadas nas demonstrações contábeis, utilizadas durante as tomadas de decisões. Os resultados, quanto a este questionamento, estão expressos na tabela 8, onde é possível verificar: 100% dos entrevistados, afirmaram que a contabilidade da EUPF era feita internamente, e apontam as informações contidas nas demonstrações contábeis, como sendo extremamente importante para a tomada de decisão. Todavia, somente 2/3 (dois terços) dos gestores das instituições, cuja contabilidade é feita por escritórios de contabilidade, avaliaram a informações dessas demonstrações, como sendo de extrema importância para processo de tomada de decisão.

Tabela 8 – Percepção sobre as informações das Demonstrações Contábeis versus Origem dos Serviços de Contabilidade

Tipo de Contabilidade e x Importância das informações das DCs	Contabilidade interna a entidade		Contabilidade Externa a entidade		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
	Extremamente importante	11	31,4	16	45,7	27
Muito importante	0	0,0	8	22,9	8	22,9
Total	11	31,4	24	68,6	35	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa de campo, 2011.

Os achados da pesquisa de opinião, expressos na tabelas 6 e 7, revelaram: os gestores das EUPFs estudadas apresentam um nível de insastifação relevante, ao atribuir nota zero, com destaque para 4 (quatro) serviços de uso interno e externo, concomitantemente, pelas EUPF em ordem decrescente: *Controlar o Orçamento por Projeto* (40,0%), *Elaborar o Orçamento Institucional* (20,0%), *Elaborar o Orçamento por Projeto* (17,1%) e *Elaborar Relatório para*

Captação de Recursos Financeiros (14,3%). Este achado fez com que os pesquisadores confrontassem os quatro (04) citados com o tipo de contabilidade utilizada pela EUPF, cujas informações obtidas estão demonstradas na tabela 9.

Ao analisar o serviço “*Controlar Orçamento por Projeto*”, com o maior nível de insatisfação com serviços avaliados, chegando a 40,0%, verificou-se: o mesmo foi maior entre as entidades cuja contabilidade é feita por empresas externas de serviços contábeis (31,4%) (Tabela 9). Este achado, alerta para a necessidade das empresas de serviços contábeis, em ofertar melhor controle dos orçamentos por projetos. Um bom controle orçamentário por projeto facilitará no momento da prestação para com os financiadores, bem como, indicará, em alguns momentos, a necessidade de remanejamento de dotação orçamentária entre as rubricas (tipo de despesas), onde na maioria das vezes somente é realizada com a aprovação prévia do financiador. Este remanejamento de dotação orçamentária faz com que as entidades do terceiro setor, incluindo as EUPFs, não tenham que devolver recursos financeiros que poderia reforçar outra rubrica (despesa) que necessitou de recurso durante a execução do projeto.

Tabela 9 – Principais serviços avaliados com nota zero versus tipo de contabilidade

<i>Principais serviços avaliados com nota zero</i>	Contabilidade Interna a Entidade			Contabilidade Externa a Entidade			Total	
	Ocor.	% s/ECI	% s/ TE	Ocor.	% s/ECE	% s/TE	Ocor.	% s/TE
		(1)	(2)		(3)			(4)
Controlar o Orçamento por Projeto	3	27,3	8,6	11	45,8	31,4	14	40,0
Elaborar o Orçamento Institucional	0	0,0	0,0	7	29,2	20,0	7	20,0
Elaborar o Orçamento por Projeto	0	0,0	0,0	6	25	17,1	6	17,1
Relatório para Captação de Recursos Financeiros	0	0,0	0,0	5	20,8	14,3	5	14,3

(1) ECI = Entidades com contabilidade interna

(2) ECE= Entidades com contabilidade externa

(3) TE= Total das entidades pesquisadas

Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa de campo, 2011.

A tabela 9 demonstra que os serviços: *Elaborar o Orçamento Institucional*, *Elaborar o Orçamento por Projeto*, *Relatório para Captação de Recursos Financeiros*; só foram avaliados, como notas zero (0,0), pelos gestores de EUPFs de contabilidade feita por empresas externas de serviços contábeis. Faz-se importante comentar: o serviço de *Elaboração de Orçamento por Projeto* é parte integrante do serviço *Relatório para Captação de Recursos Financeiros*. Ao analisar os dados apresentados na tabela 9, verifica-se: 1 (uma) das entidades que atribuíram zero (0,0), ao serviço *Elaborar Orçamento por Projeto*, não o fez também, ao analisar o serviço de *Relatório de Captação de Recursos Financeiro*. Isto pode indicar, possivelmente, a insatisfação com o primeiro serviço não sendo levada ao mesmo nível de insatisfação com o segundo serviço mencionado quando considera o *Orçamento de Projeto* como apenas um item do segundo relatório.

7. CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou: apenas 24 das 35 (68,6%) entidades participantes do estudo possuíam contabilidade interna, com o serviço sendo prestado por profissionais de nível superior. Para 9 (nove) das instituições estudadas, a gestão estava nas mãos de profissionais de nível médio. A pesquisa das demonstrações contábeis elaboradas e divulgadas pelas EUPFs demonstrou todas as empresas elaborando e divulgando o balanço patrimonial, a demonstração de

superávit e déficit, as notas explicativas, bem como, o demonstrativo de fonte de recursos, conforme orienta a NBC-T- 19.4. Todavia, 23 empresas (65,7%) elaboram a DMPS, porém não divulgam esse demonstrativo, e, além disso, apenas 24 empresas (68,6%) elaboram a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos, porém não divulgam esse demonstrativo. Na solicitação aos gestores de fazer uma avaliação para com os principais serviços gerados pela contabilidade, voltados para os usuários externos da entidade, atribuindo notas de zero (0,0) a dez (10), encontrou-se que os serviços contábeis apresentando um maior nível de satisfação foram: *Prestação de Contas e Atendimento a Informações Contábeis para as auditorias realizadas in loco* pelos financiadores, obtendo nota 10 (dez), de 77,1% dos gestores entrevistados, seguidos dos serviços: *Elaboração de Relatórios para a Obtenção e Manutenção da DUPF*. Apenas 1 (um) entrevistado atribuiu nota zero para estes documentos, com exceção do *atendimento às exigências de auditoria*, onde 3 (três) entrevistados atribuíram nota zero (0,0).

Ao analisar a percepção dos gestores sobre o nível de exigência dos financiadores em termos do relatório de prestação de contas, o Governo foi apontado, como sendo o mais exigente, seguido por instituições privadas, pessoas físicas e, por último, os financiadores internacionais. 13 (Treze) gestores afirmaram: suas entidades não faziam parceria com organismos internacionais visando captação de recursos financeiros para os seus projetos. Este, já é um sinal dos tempos recentes, onde as instituições do terceiro setor necessitam procurar mais recursos com entidades nacionais para fins de sobrevivência.

Os dados da pesquisa evidenciaram o serviço contábil *Elaboração do Orçamento por Projetos*, como o serviço mais bem avaliado, caso comparado com a utilização do mesmo para fins de controle, embora, tenha recebido nota zero (0,0) de 6 (seis) dos gestores entrevistados, ou seja, de 17,1%, sendo todas estas notas oriundas de gestores de entidades cuja contabilidade é feita fora da entidade.

Além disso, os serviços *Elaborar o Orçamento Institucional e Relatório para Captação de Recursos Financeiros* só foram avaliados, como notas zero (0,0), pelos gestores de EUPFs que possuem contabilidade feita por empresas externas de serviços contábeis. Estes achados possuem inclinações para afirmar que o nível de insatisfação com os serviços contábeis voltados para captar recursos é maior em EUPF no nordeste e que possuem contabilidade externa à organização.

REFERÊNCIAS

ADULIS, Dalberto. **O papel da comunicação na captação de recursos**. 2002. Disponível em: < [www.rits.org.br/acervo~d/comunicação_capatação de recursos.doc](http://www.rits.org.br/acervo~d/comunicação_capatação%20de%20recursos.doc)>. Acesso em: 10 set, 2011.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**: São Paulo: Atlas, 2005.

BOUDENS, Emile. **Vantagens decorrentes da concessão do título de utilidade pública federal**. 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/pdf/000068.pdf>>. Acesso em: 10 out, 2011.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor**: um estudo da construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo: 1999.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Rubem C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEYON, Luiz Francisco. **Gestão Contábil para o terceiro setor**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.